

Comunicado de Imprensa da FRA
Viena/Bruxelas, 6 de dezembro de 2012

A crise é um momento para promover o acesso à justiça

Os cortes orçamentais efetuados em consequência da atual crise económica não devem afetar o direito conferido a qualquer pessoa de obter o acesso à justiça. É este o tema da [Conferência “Direitos Fundamentais” 2012](#), organizada pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA). Esta conferência intitula-se «*Justice in austerity - challenges and opportunities for access to justice*» (Justiça em tempos de austeridade – desafios e oportunidades para o acesso à justiça) e está a decorrer no Parlamento Europeu, em Bruxelas. Entre os principais oradores contam-se o Presidente do Parlamento Europeu, a Comissária da UE responsável pela Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania, e o Alto-Comissário da ONU para os Direitos Humanos. A FRA irá também apresentar um novo relatório que analisa os entraves concretos no acesso à justiça nos casos de discriminação.

«A crise está a colocar uma pressão acrescida sobre as estruturas existentes, inclusivamente sobre os nossos sistemas de justiça», afirma Martin Schulz, Presidente do Parlamento Europeu. «Embora estejamos todos a atravessar um abrandamento económico global prolongado, que força os governos a impor cortes orçamentais muito significativos, os valores consagrados no Tratado de Lisboa não deverão, de forma alguma, ser prejudicados», afirma Loucas Louca, o Ministro Cipriota da Justiça e da Ordem Pública.

A conferência reunirá altos responsáveis pela tomada de decisões, profissionais e especialistas, que analisarão as políticas existentes e debaterão os pontos fortes e fracos dos diferentes sistemas judiciais e respetivos mecanismos de financiamento. Identificarão igualmente maneiras de transformar a crise numa oportunidade para proceder a reformas, através do intercâmbio de práticas promissoras e de soluções inovadoras que possam estimular desenvolvimentos políticos futuros, como a próxima revisão a que a UE irá submeter a sua legislação sobre não-discriminação.

«À medida que os tempos se tornam mais difíceis, aumenta o número de europeus em situação vulnerável. O desemprego na UE apresenta a taxa mais elevada da última década, o que, juntamente com a estagnação do crescimento dos salários em muitos países, leva ao aumento da pobreza e da exclusão social», refere o Diretor da FRA, Morten Kjaerum. «Em tempos de crise, a procura de bodes expiatórios pode conduzir à xenofobia e outras violações dos direitos fundamentais. Por conseguinte, é necessário mais, e não menos, ajuda no acesso à justiça. Na verdade, realizar cortes nestes momentos de dificuldade não só expõe um maior número de pessoas a violações de direitos humanos, como é revelador de falta de visão. A salvaguarda do acesso à justiça para todos deve ser um elemento fundamental a considerar em qualquer discussão sobre potenciais cortes orçamentais».

O novo relatório da FRA «*Access to justice in cases of discrimination in the EU – Steps to further equality*» (Acesso à justiça em casos de discriminação na UE – Passos conducentes a uma maior igualdade) analisa o processo de instauração de ações judiciais nos casos de discriminação em oito Estados-Membros, com base em entrevistas recolhidas em trabalho de campo. Salienta uma série de entraves concretos que se colocam aos queixosos e sugere algumas soluções. As propostas incluem:

- Simplificar os sistemas excessivamente complexos de apresentação de queixas;

- Garantir um maior recurso a mecanismos extrajudiciais, uma vez que estes permitem melhorar o acesso à justiça e reduzir potencialmente o custo total do sistema de justiça;
- Estipular estruturas mínimas de apoio às vítimas, tais como orientação e aconselhamento jurídicos e ainda conselheiros de apoio psicológico;
- Sensibilizar para a igualdade e a diversidade, a fim de construir uma cultura dos direitos fundamentais em que nenhuma queixa justificada seja desencorajada.

O relatório apresenta ainda exemplos do trabalho já desenvolvido por diversos Estados-Membros com vista a superar as dificuldades no acesso à justiça.

Para consultar o relatório, ver:

«*Access to justice in cases of discrimination in the EU: Steps to further equality*» (Acesso à justiça em casos de discriminação na UE – Passos conducentes a uma maior igualdade)

<http://fra.europa.eu/en/publication/2012/access-justice-cases-discrimination-eu-steps-further-equality>

Para mais informações, contacte: media@fra.europa.eu

Tel.: +43 1 580 30 642

Nota aos editores:

- A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) está mandatada para prestar aconselhamento aos decisores da UE e dos Estados-Membros com base em dados científicos, contribuindo assim para debates e políticas mais bem informados e orientados sobre direitos fundamentais.
- No âmbito da legislação da UE, os artigos 21.º e 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia garantem, respetivamente, o direito à não-discriminação e o direito à ação e a um tribunal imparcial, incluindo o acesso à justiça.
- O Parlamento Europeu e a Presidência cipriota do Conselho da União Europeia apoiam esta conferência.